

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - AP

Estudo Técnico Preliminar 30/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50008.001308/2025-37

2. Descrição da necessidade

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Operação e Manutenção de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os critérios para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Operação e Manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4, no Município de Santana no Estado do Amapá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste expediente, visando atender as necessidades da Superintendência Regional do DNIT do Estado do Amapá.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

2.1. O objeto pretendido perfaz-se em escopo no resguardo de condições e garantia da estruturação na Navegação Fluvial, considerada vital para o progresso e fortalecimento da economia das Unidades Federativas e Comunidades adjacentes, destacando-se por apresentar elevada capacidade de transporte a custos reduzidos, menores emissões de gases poluentes, percentual de acidentes, perda e de roubo de cargas durante o transporte. Assim, a utilização das vias navegáveis interiores é decisiva para a prosperidade econômica e social da região onde se insere, além, por certo, de favorecer a ostensividade no transporte para todo território nacional. Pensando nisso, no exercício de 2024, o DNIT iniciou programa de investimento voltado para a Região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, que dependem majoritariamente do transporte hidroviário para suprir seus principais insumos, com instalações que fornecessem segurança nas operações de embarque e desembarque. Conforme a Portaria nº 148, de 17 de dezembro de 2021, do Ministério dos Transportes, o DNIT torna-se responsável pela operação e manutenção das Instalações Portuárias Públicas, especificamente as de Pequeno Porte (IP4), observado que as Lei nº 10.233/2001 e Lei nº 12.815/2013, está referida como a Nova Lei dos Portos, regulamentam a competência do DNIT bem como a delimitação da exploração das instalações portuárias pela União. Assim, fora instruída e executada a construção do IP4 na área portuária do município de Santana (Código PNV 023) no Estado do Amapá, nas proximidades do Terminal Hidroviário do Município.

2.2. Portanto, aludindo-se a delegação da Portaria nº 148, de 17 de dezembro de 2021, do Ministério dos Transportes, sido concluída a estruturação do IP4 do município de Santana/AP, há a necessidade de manter prestação de serviços de operação e manutenção dessa Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte, a ser executado mediante empresa especializada, com a finalidade de garantir a sua operacionalidade, assim como, a segurança e o conforto dos seus usuários.

2.3. Ressalta-se que devido à complexidade do sistema, ou seja, a quantidade de atividades, bem como a obrigação de cobrir a extensão do território da Região Norte, é necessário dispor de pessoas diariamente na operacionalização, essa condição só pode ser atingida, por intermédio, da Contratação de empresa para prestação dos serviços pretendidos neste estudo em adequadas condições de funcionamento pela sociedade.

2.4. Eleva-se ao caso que a falta de instrumentalização de medidas que garantam a operacionalização e manutenção eficiente e contínua da IP4 de Santana ensejam em maiores riscos de inatividade, operação deficiente ou falta de manutenção, representando uma ameaça direta à logística e ao bem-estar da população, gerando risco à segurança, visto que instalações sem manutenção e operação profissional adequada podem apresentar falhas estruturais de iluminação e de segurança, colocando em risco a vida de passageiros, tripulantes, trabalhadores portuários e o manuseio de cargas; refletindo-se no prejuízo econômico, considerando que a falta de operação impacta diretamente o transporte de insumos básicos como alimentos, medicamentos e o escoamento da produção local, prejudicando a economia regional e a subsistência das populações ribeirinhas; acarretando ineficiência logística, caso haja interrupção ou a má gestão do transporte fluvial prejudicando a conectividade entre Santana e outras localidades da Amazônia, tornando o acesso a serviços e o transporte de mercadorias mais lento e oneroso; culminando na desorganização portuária, consistindo-se na ausência de operação profissionalizada causando desorganização no embarque, desembarque e armazenamento de cargas, resultando em gargalos, perdas e dificuldades na fiscalização; findando na degradação do patrimônio público, considerando que a falta de manutenção preventiva e corretiva leva à deterioração da infraestrutura construída com recursos públicos, exigindo eventualmente investimentos maiores para recuperação.

2.5. Concluso, é correto afirmar que subsiste o interesse público na referida contratação, pois permite a adequada continuidade dos serviços da área aquaviária, de forma a garantir maior segurança à navegação, com reflexos na redução de acidentes, angariando benefícios econômicos ao valor final do produto transportado, assim como o cumprimento legal da Autarquia nos termos da Resolução nº 9/2022 da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária - DAQ, por ser responsável legal pela gestão, fiscalização, administração e gerenciamento adequados das instalações aquaviárias sob sua responsabilidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA	MARCELLO VIEIRA LINHARES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. O objeto ora instruído compreenderá a realização dos serviços de operação e manutenção, incluindo serviços comuns de engenharia, por englobar serviços de execução de rotinas preditivas, preventivas e corretivas, a serem realizados com o objetivo de preservar as características técnicas e físico-operacionais, regulação dos sistemas de ancoragem e de fundeio, além de provimento de equipe técnica qualificada, visando a plena regularização das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte do Município de Santana/AP, no intuito de atender as demandas inerentes à Superintendência Regional do DNIT do Estado do Amapá, mediante contratação de empresa especializada para a execução.

4.2. A prestação dos serviços ora instruídos não gera vínculos empregatícios entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. A Contratada deverá realizar todos os controles exigidos pelas especificações do DNIT ou por ele informadas, para garantir a qualidade especificada para os serviços, os quais serão de sua responsabilidade.

4.4. Quanto a qualificação técnica, a empresa deverá comprovar experiência anterior em serviços de operação, manutenção e gestão de instalações portuárias ou infraestrutura similar, demonstrando capacidade técnica e operacional para o escopo do contrato.

4.5. A Contratada deverá apresentar plano de operação e manutenção que contemple cronogramas de atividades, rotinas de inspeção, plano de contingência para emergências e garantia de funcionamento ininterrupto da instalação, além de dispor de equipamentos e materiais adequados e em bom estado de conservação para a execução dos serviços, priorizando o uso de tecnologias modernas e eficientes.

4.6. A equipe técnica envolvida na contratação deve ser composta por profissionais habilitados, com qualificação compatível com as funções a serem desempenhadas, incluindo fiscais e técnicos responsáveis pela manutenção e segurança.

4.6.1. A Contratada deverá manter a equipe mínima a ser especificada no Termo de Referência e deverá comprovar a qualificação dos profissionais alocados nas equipes de acordo com os critérios qualificativos estabelecidos.

4.7. Considerando os critérios de prestação sustentável e equilíbrio de sustentabilidade, a a contratada deverá implementar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos, incluindo o correto descarte de materiais perigosos e a reciclagem de resíduos, visando reduzir o impacto ambiental.

4.8. A empresa deverá adotar medidas para prevenir e mitigar a poluição da água, do ar e sonora, como a adoção de tecnologias de tratamento de efluentes, bem como apresentar práticas para o uso eficiente de energia elétrica e água nas dependências da IP4.

4.9. A empresa deverá realizar programas de treinamento e conscientização ambiental para seus funcionários, conforme previsto na Instrução de Serviço nº 03/2011 do DNIT.

4.10. Com base nas Planilhas de Quantitativos, as quais constarão no Edital de Licitação disposto pelo DNIT, as licitantes apresentarão suas propostas de preços por meio de orçamento detalhado, contendo todos os itens previstos nas planilhas de quantitativos referenciais.

5. Levantamento de Mercado

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROPECÇÃO E ANÁLISE ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES:

5.1. Após a análise das diversas alternativas de soluções possíveis no mercado e das eventualmente adotadas pelo DNIT no âmbito regional para serviços de operação e manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4, equiparando procedimentos similares e instruções correlatas, a

prospecção do mercado do objeto grafado, especialmente na região Amazônica, revela a existência de empresas privadas com experiência comprovada em execuções correlatas e similares dos serviços ora requeridos, comprovando a previsibilidade de atendimento ao objeto por empresas especializadas, focadas especificamente em serviços de manutenção, segurança, limpeza, e outros serviços auxiliares necessários para a operação de uma IP4.

5.2. Tais medidas restam amplamente adotadas pois a demandante desonera-se da execução direta, podendo empenhar prestação técnica focada na fiscalização e planejamento, consoante o contrato podendo ser estruturado para incluir métricas de desempenho e qualidade. Empresas especializadas podem oferecer uma operação mais eficiente e ágil, com expertise e equipamentos específicos para a manutenção portuária, propiciando a completa solução como um todo, restringindo o foco da Administração à fiscalização e gestão da infraestrutura.

5.3. A contratação de empresa especializada garante expertise técnica e agilidade que o DNIT/AP, com a atual estrutura, não teria para a gestão direta. Tal solução assegura uma operação eficiente e segura, com a aplicação de melhores práticas de mercado. A terceirização, estruturada por meio do Manual de Operação e Manutenção da aludida Resolução DAQ nº 9/2022, assegura a conformidade regulatória, visto que a empresa contratada deverá seguir as diretrizes do DNIT, garantindo a padronização e a qualidade dos serviços.

5.4. Diante das alternativas preliminarmente pontuadas e ponderadas, considerando tratar-se de serviço comum, a contratação de empresa especializada mediante instrução de Licitação, adotando-se o regime de empreitada por preço global, na modalidade Pregão Eletrônico, em forma de disputa ABERTA, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO, fora a solução mais adequada e mais vantajosa para a Administração, no escopo em questão, para contratar uma empresa privada que será responsável pela operação e manutenção da IP4, nos termos do Art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A operação e manutenção de IP4s são consideradas SERVIÇOS COMUNS, pois suas especificações de desempenho e qualidade podem ser definidas de forma objetiva, com base em padrões de mercado, conforme inciso X do Artigo 6º da Lei 14.133/21.

6. Descrição da solução como um todo

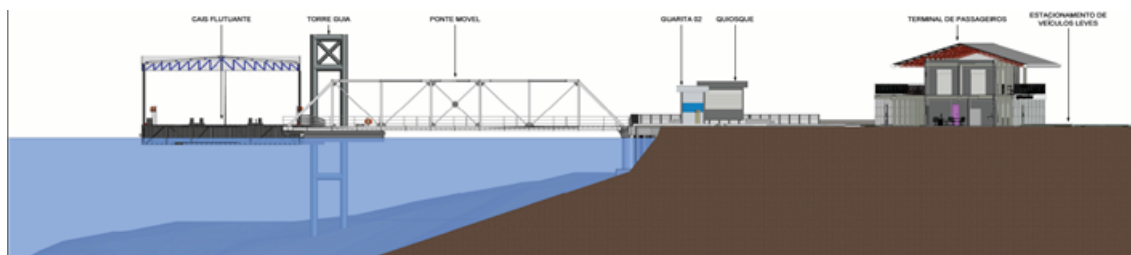
6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS AO ESCOPO DO OBJETO:

6.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4, do município de Santana no Estado do Amapá, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com o critério de julgamento de menor preço e o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amapá.

6.2. A descrição da solução como Serviço de Manutenção e Operação Aquaviária da Coordenação de Engenharia Aquaviária da SRE/DNIT/AP que abrange a prestação de serviços de operação e manutenção dessa Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP4, com a finalidade de garantir a sua operacionalidade, assim como a segurança e o conforto dos seus usuários.

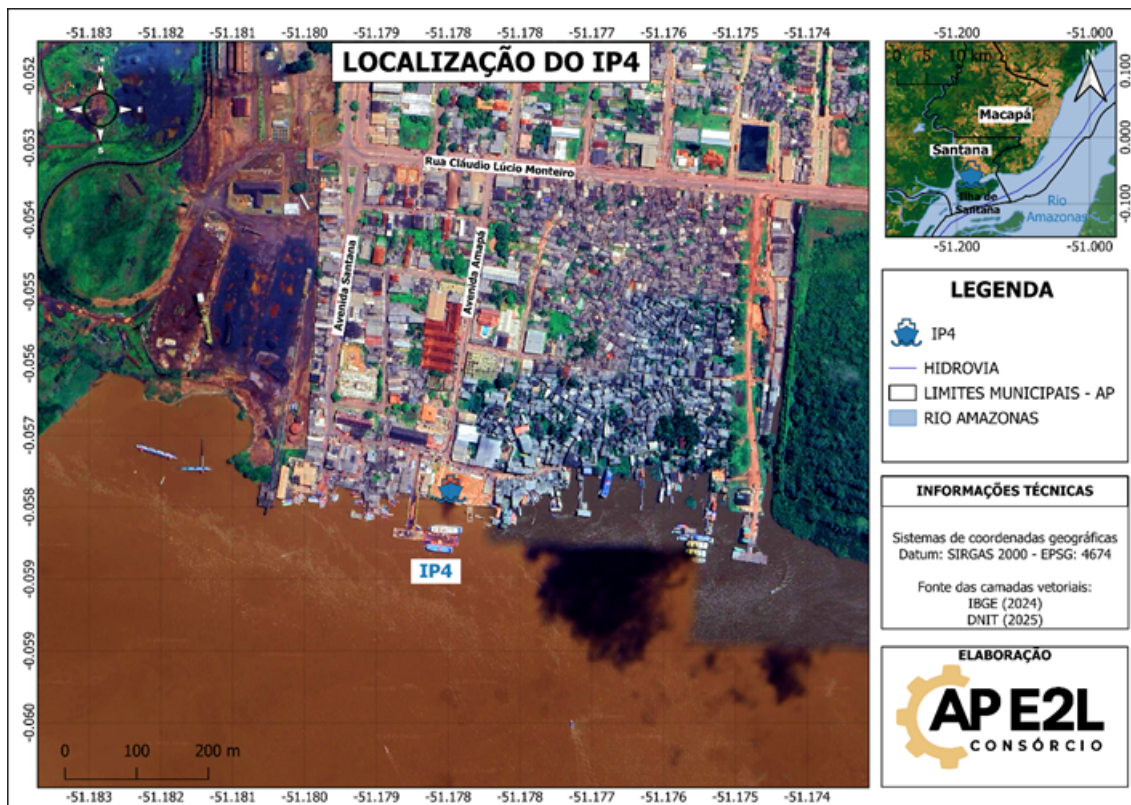
6.3. O arranjo mais comum da IP4 da região Amazônica, a qual o Estado do Amapá tem um expoente nesta modalidade de empreendimento, é basicamente constituído por obras de acostagem civis e/ou navais, executadas da margem para o rio. O arranjo pode ser visualizado de forma conceitual na presente figura:

Figura 01



6.4. No caso do presente procedimento, a realização das atividades a serem executadas, como supra consistido, contempla a IP4 do Município de Santana no Estado do Amapá, conforme ilustrado na Figura 02 abaixo:

Figura 02



6.5. A IP4 consistida no objeto ora tratado perfaz-se na área estruturada vista na imagem a seguir (Foto 01):

FOTO 01



6.6. A empresa contratada deverá disponibilizar e gerenciar equipe qualificada para a operação do porto, incluindo profissionais como engenheiros, administradores, encarregados, auxiliares e competentes ao administrativo.

6.7. ESCOPO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

6.7.1. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

6.7.1.1. No que concerne aos tipos de manutenção a serem executadas, consideram-se as definições estabelecidas na NBR 5674/2024 (Manutenção de edificações), tendo como requisitos para o sistema de gestão de manutenção para o objeto:

- manutenção corretiva, caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários; e

- manutenção preventiva, caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência, e relatórios de verificações periódicas sobre o seu estado de degradação.

6.7.1.2. Compreende-se no escopo do objeto a realização de relatórios periódicos de manutenção das estruturas civis, elétricas, hidrossanitárias e das estruturas flutuantes, como os trapiches e passarelas, evidenciando prevenções e correções que eventualmente serão necessárias para matriz de riscos e contenção de avarias à estrutura, visando subsidiar a Administração das condições das instalações, para que seja sujeitado a execução de manutenção preventiva ou corretiva, dependendo do caso.

6.7.1.3. A contratada deve apresentar relatórios técnicos detalhados de todas as intervenções de manutenção e assistência técnica, com causa, solução a ser adotada e as recomendações para evitar recorrências.

6.7.1.4. A Contratada deverá realizar relatório fotográfico e inspeção técnica no início e no término do contrato, dos sistemas navais e das estruturas concernentes ao escopo do Contrato, que irão compor os respectivos relatórios inicial e final. A inspeção a ser realizada abrange, no mínimo, os itens a seguir, de modo que a administração poderá solicitar inspeção específica caso seja necessária, mesmo que esta não esteja incluída nos itens descritos no Termo de Referência:

- Inspeção dos porões do(s) flutuante(s);
- Inspeção dos itens de segurança e salvatagem;
- Inspeção dos itens de fundeio e amarração (Cabos, amarras, cabeços);
- Inspeção dos elementos estruturais do(s) flutuante(s) e da(s) ponte(s) metálicas (Chapas, perfis reforçadores, soldas e etc);
- Inspeção da pintura e cobertura protetora do(s) flutuante(s);
- Inspeção das defensas do(s) flutuante(s).

6.7.1.5. Os serviços devem ser executados de acordo com as normas e especificações do DNIT pertinentes à execução dos serviços. A Contratada deverá cumprir todas as normas e recomendações constantes nos Manuais de Operação e Manutenção vigentes das IP4, objeto desta licitação, NBR 5674 (Manutenção de edificações) requisitos para o sistema de gestão de manutenção (ABNT, 2012), caso aplicável, e as diretrizes estipuladas pelo Programa de Recuperação, Operação e Manutenção de IP4 do DNIT.

6.7.1.6. A Contratada deverá realizar a convalidação do Certificado de Segurança da Navegação (CSN) do(s) flutuante(s) de todas as IP4 e deverá renovar a Licença de Operação (LO) do empreendimento, com atendimento à todas as suas condicionantes.

6.7.1.7. A Contratada deverá elaborar o Planejamento das Atividades de Manutenção, que consiste em um conjunto de ações que objetivam manter as IP4 de acordo com padrões exigíveis ao longo do período de duração do contrato.

6.7.1.8. Até 30 (trinta) dias após assinada a Ordem de Serviço, a Contratada deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO o Relatório de Planejamento das Atividades de Manutenção de IP4 para o atendimento aos serviços contratados e previstos no Termo de Referência. O planejamento deve respeitar as periodicidades previstas no Manual da IP4 e/ou dos fabricantes dos equipamentos.

6.7.1.9. A contratada deverá executar planos de manutenção preventiva para todos os equipamentos e infraestruturas, com cronogramas e procedimentos definidos no Manual de Operação e Manutenção, conforme a Resolução nº 9/2022 - DAQ do DNIT, incluindo inspeções periódicas, com expedição e controle de relatório de lubrificação, calibração e substituição programada de componentes que deverão ser atendidos, bem como utilizar técnicas de monitoramento para prever falhas e planejar intervenções antes que ocorram, otimizando os custos e a disponibilidade dos equipamentos para os serviços correlatos a serem executados.

6.7.1.10. Os serviços de Manutenção e Conservação de estruturas navais de atracação (rampas, pontes metálicas e flutuantes), deve ser nas seguintes áreas/sistemas/equipamentos, dentre outros.

- Iluminação e instalações elétricas em pontes, rampas e flutuantes;
- Tratamento superficial e pintura de estruturas de pontes e rampas;
- Tratamento superficial e pintura de berços de pontes;
- Cabos de aço e boias do sistema de fixação de flutuantes;
- Estruturas metálicas flutuantes;
- Chapas de conveses e acessórios dos flutuantes e de conveses e seus equipamentos e acessórios (cabeços, buzinas, cunhos, olhais, elipses/portas de visita, defensas de atracação, fingers);
- Sistema de combate a incêndio do flutuante principal (incluindo extintores portáteis, mangueiras, bombas, aplicadores e esguichos);
- Sistema de iluminação dos flutuantes de atracação;
- Estanqueidade de flutuantes.

6.7.1.11. A operacionalização e remuneração dos tipos de manutenção das IP4 dar-se-á por meio de dois formatos: a manutenção programada mensal e manutenção sob demanda. A manutenção programada mensal está apropriada na Administração Local.

6.7.1.12. Enquanto, nos casos em que houver a manutenção sob demanda a Contratada deverá, por sua vez, comunicar oficialmente ao contratante sobre a necessidade do serviço, apresentando relatório fotográfico, demonstrando a situação do objeto necessitado de manutenção.

6.7.1.13. Todo e qualquer item deverá ser solicitado, justificado e formalizado à Fiscalização do Contrato. O item orçamentário deverá ser incluído na medição somente após aprovação das justificativas pela fiscalização do Contrato e execução do serviço.

6.7.1.14. Após o serviço realizado, a Contratada deverá apresentar novo relatório comprovando a situação do antes e do depois, de onde se submeterá a medição dos serviços ao DNIT.

6.7.1.15. Todas as partes danificadas durante a execução dos serviços, bem como mobiliários equipamentos, forros, paredes, pisos, instalações, pintura e lajes, deverão ser reparados, recompostos ou substituídos pela Contratada, de modo que permaneçam com as características originais de acabamento.

6.7.1.15. Todos os serviços executados nas instalações da edificação que ameace bens sob resguardo da Contratante deverão ser precedidos de proteção (utilizando a proteção necessária para cada caso específico). Caso necessário, a Contratada providenciará o remanejamento destes para local protegido, indicado pelo Servidor da Superintendência do DNIT/AP designado para fiscalização/acompanhamento dos serviços.

6.7.1.16. A Contratada deverá providenciar diariamente a limpeza das áreas onde os serviços estiverem sendo realizados, evitando acúmulos de entulhos nos locais e dando destinação correta a estes. Os custos com a destinação de entulhos, materiais residuais de obra e equipamentos substituídos, correrão por conta da Contratada.

6.7.1.17. Os serviços somente serão considerados executados após vistoria do fiscal onde o mesmo irá verificar se houve o término de todas as etapas, a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

6.7.1.18. Somente serão aceitos equipamentos, peças, acessórios e ferramentas compatíveis com a aplicação a que se destinam.

6.7.1.19. Serão recusados pela Fiscalização os materiais que se encontrem fora das especificações aprovadas.

6.7.1.20. Os materiais utilizados deverão ser de procedência legal e amparados pela garantia determinada pelo fabricante.

6.7.1.21. A fiscalização designada pela Superintendência do DNIT/AP para acompanhar os serviços e fiscalizar o Contrato terá poderes para recusar parcial ou totalmente os serviços, em caso de inobservância das boas práticas previstas nas Normas Reguladoras, bem como quando este perceber que o serviço foi executado de maneira precária ou com baixo padrão de qualidade. Em caso de recusa do serviço o mesmo deverá ser refeito por conta da Contratada, sem qualquer ônus a Contratante.

6.7.1.22. A Contratada compromete-se a efetuar a substituição, troca, reparação, reconstrução, às suas expensas, no total ou em parte, caso ocorram vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou dos serviços executados.

6.7.1.23. A manutenção sob demanda deverá ser realizada logo quando detectado o evento e autorizada pela fiscalização, no menor tempo hábil.

6.7.1.24. A administração poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo de outras sanções que esteja sujeito a Contratada e sem que tenha direito a qualquer indenização, sempre que haja qualquer defeito essencial em execução de serviço ou material posto ou utilizado. poderá também exigir de imediato, a exclusão dos quadros da Contratada de qualquer funcionário que apresente comportamento inconveniente ou demonstre inaptidão para a função que venha exercendo, qualquer que seja o vínculo entre este elemento e a Contratada.

5.7.2. DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO:

5.7.2.1. A operação das IP4 consiste na coordenação, supervisão e controle das equipes e infraestrutura disponíveis, a fim de promover atracação /desatracação de embarcações e o trânsito de pessoas, cargas e viaturas, de forma segura, em cumprimento às Normas vigentes, citando-se, as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM), Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), Normas do Corpo de Bombeiros, normas técnicas da ABNT aplicáveis e instruções/normas do DNIT.

5.7.2.2. A Contratada deverá cumprir todas as normas e recomendações constantes nos Manuais de Operação e Manutenção vigentes das IP4 objetos desta licitação e as diretrizes estipuladas pelo Programa de Recuperação, Operação e Manutenção de IP4 do DNIT.

5.7.2.3. Para que a IP4 tenha condições de funcionamento adequado, ou seja, ofereça os serviços mínimos que proporcionem ao usuário segurança e salubridade, as seguintes atividades necessitam ser desenvolvidas rotineiramente.

- Controle do acesso de embarcações, passageiros, veículos e cargas;
- Como produto desta atividade espera-se relatórios diários com informações detalhadas da operação da IP4;
- Atracação e Desatracação de Embarcações e com isso a supervisão do transbordo de passageiros e cargas; e
- Regulagem do sistema de fundeio de forma a manter o padrão de operacionalidade da IP4 para as embarcações usuárias e para a correta manutenção dos itens que compõem este sistema (Cabos, cabeços, poitas e etc).

5.7.2.4. Essas atividades serão rotineiras e contínuas, caracterizando ações indispensáveis para manter a IP4 em pleno funcionamento.

5.7.2.5. A Contratada deverá realizar e cumprir as atividades constantes no Manual de Operação e Manutenção de cada IP4, de forma a manter a IP4 estado que proporcione segurança, salubridade e organização aos usuários.

5.7.2.6. A Contratada deverá elaborar os relatórios, nas frequências estabelecidas neste Termo de Referência, relativos ao desempenho da operação e dos serviços prestados aos usuários das IP4, incluindo informações diárias de: estatística operacional, análise de ocorrências, controle e registro de acesso de embarcações, fluxos de pedestres, fluxos de cargas e veículos.

5.7.2.7. Nos itens subsequentes do presente documento são pormenorizadas as ações a serem desenvolvidas na operação da IP4, contudo as atividades a serem realizadas não são limitadas a estas.

5.7.3. DA ATRACAÇÃO, DESATRACAÇÃO E REGULAGEM DO SISTEMA DE FUNDEIO:

5.7.3.1. A atracação e desatracação de todas as embarcações deve seguir procedimento padronizado pelo Manual de Operação e Manutenção da IP4 e pelas diretrizes estipuladas pelo Programa de Recuperação, Operação e Manutenção de IP4 do DNIT, como as exemplificadas na sequência.

- Embarcações só podem operar na IP4 mediante autorização e cadastro das mesmas pelo representante da IP4;
- A embarcação deverá solicitar ao representante da IP4 autorização para atracação;
- A embarcação deverá informar quantas horas pretende ocupar o berço de atracação;
- A embarcação deverá informar/solicitar quais recursos necessários provenientes da IP4 para a sua operação (energia, água, auxílio de amarração e autorização de carregadores/estivadores);
- Não é autorizado a permanência de nenhuma embarcação atracada por mais de 12 horas;
- Não é autorizado a permanência para pernoite de nenhuma embarcação;
- A manobra e horário de atracação deve ser previamente planejada e autorizada pelo representante da IP4.

5.7.3.2. A CONTRATADA será responsabilizada pela regulagem do sistema de fundeio da IP4, caso aplicável. A Contratada deverá manter, por meio de pessoal de in loco, os sistemas operacionais de acordo com especificação dos equipamentos, considerando o tipo de equipamento (Molinete, Cabos, Amarras, Estacas Guias, Defensas e etc), variação de nível d'água do rio e movimentação de embarcações/pessoas.

5.7.3.3. Além disso é necessário que a Contratada:

- Execute as operações de equipamentos principais e auxiliares das instalações, respeitadas as instruções e manuais de operação;
- Zele pelo funcionamento das instalações e atenda ao índice de disponibilidade estabelecido pelo DNIT;
- Aplique as normas e procedimentos estabelecidos pelas autoridades governamentais e pelos órgãos gestores do tráfego fluvial e DNIT;
- Informe à FISCALIZAÇÃO quaisquer ocorrências que limitem ou interrompam as operações, para que seja providenciada a comunicação às autoridades responsáveis pelo tráfego fluvial;
- Execute as adequações, quando necessárias, para que a estrutura naval seja conectada à rampa de acesso de forma a obedecer ao regime hidrológico do rio;
- Realize comunicações com os usuários das IP4 na área de responsabilidade de operação da Contratada;
- Execute as condicionantes das Licenças de Operação das IP4;
- Execute os procedimentos para revalidação dos documentos que autorizam a operação das instalações, e cumpra as condicionantes relacionadas a manutenção da condição de regularidade;
- Os serviços a serem desempenhados pela Contratada envolvem as tratativas com os órgãos responsáveis pela regularização, a realização de inspeções e vistorias para identificação de inconformidades, preparação e entrega de documentação com a certificado emitido pelos órgãos competentes.

6.7.4. DOS VETOS:

6.7.4.1. Expressamente proibido:

- Pernoitar nas instalações da IP4 (Usuários e embarcações);
- Cobrar por serviços da IP4 em nome do DNIT / Governo Federal;
- Cobrar por atracação e desatracação;
- Cobrar por prioridades nas filas de acesso;
- Cobrar por prioridades de atracação e desatracação;
- Veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação;
- Explorar serviços fora do escopo desta licitação nas dependências da IP4 sem prévia autorização do DNIT.

6.7.5. DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E CENTRAL:

6.7.5.1. A presente contratação almeja a implantação de uma Administrações Local que controlará as equipes e suas atividades na IP4, bem como os serviços de manutenção por demanda e nas atividades específicas, compreendendo, de forma sucinta, a regulagem do sistema de fundeio e o controle do acesso de embarcações.

6.7.5.2. O escritório central consolidará as atividades da IP4 e deverá ser mantida na capital Macapá/AP, facilitando assim o envio de documentos /informações ao Contratante.

6.7.5.3. Essas equipes estão definidas nas Planilhas Orçamentárias anexas a este Estudo Técnico, correspondente ao valor total orçado.

6.7.5.4. As Figuras 03 e 04 a seguir detalham o organograma das equipes do Escritório Central (Macapá/AP) e da Administração Local compreendida (IP4), estipulada de forma genérica

Figura 03 – Equipe do Escritório Central (Macapá/AP):

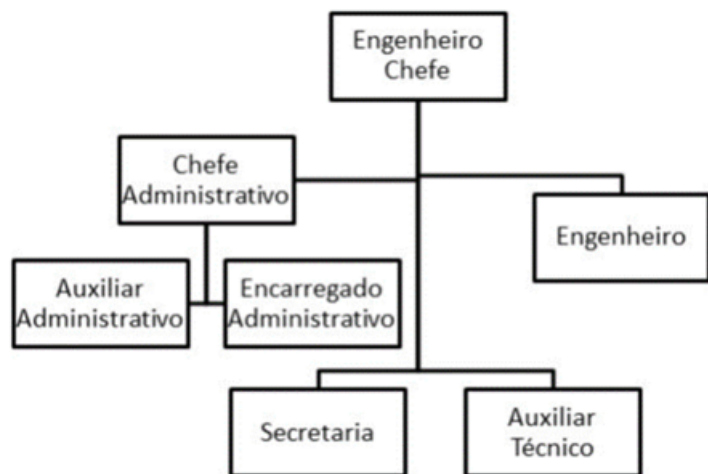
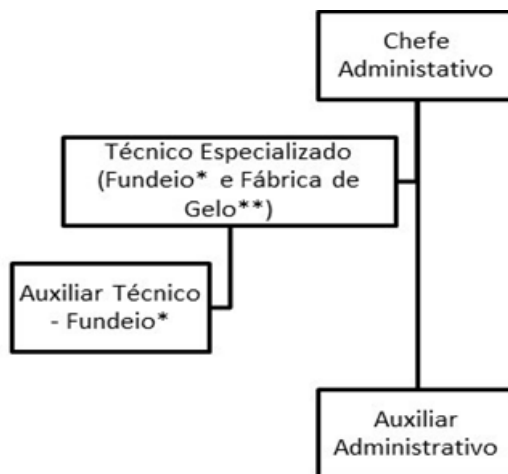


Figura 04 – Equipe da Administração Local (Santana/AP):



6.7.5.5. A necessidade do cargo de Técnico Especializado de Fundação e Auxiliar Técnico de Fundação está vinculada à solução de fundeio da IP4, conforme consta na Planilha Orçamentária.

6.7.6. ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

6.7.6.1. Engenheiro Chefe (Engenheiro Civil Sênior) (P9955):

6.7.6.1.1. Realizar os programas de formação, aperfeiçoamento e treinamento das equipes da IP4 sob seu comando;

6.7.6.1.2. Gerir, controlar, supervisionar e fiscalizar as atividades da IP4, elaborando relatórios mensais com informações a serem enviadas à Contratante;

6.7.6.1.3. Apresentar por meio de relatórios os eventuais problemas que estejam ocorrendo na IP4 apresentando-os à Contratante;

6.7.6.1.4. Efetuar levantamento detalhado da IP4, por meio de relatório fotográfico que demonstre a situação do antes e do depois de cada serviço de manutenção executado; e

6.7.6.1.5. Efetuar e supervisionar as rotinas administrativas do contrato.

6.7.6.2. Engenheiro Civil (Auxiliar) (P9946):

6.7.6.2.1. Auxiliar nos programas de formação, aperfeiçoamento e treinamento das equipes da IP4 sob seu comando;

6.7.6.2.2. Dar suporte técnico nas ações de gerir, controlar, supervisionar e fiscalizar as atividades da IP4, elaborando relatórios mensais com informações a serem enviadas à Contratante;

6.7.6.2.3. Consolidar as informações da IP4, organizando quadros estatísticos, conforme o modelo fornecido pelo DNIT;

6.7.6.2.4. Identificar por meio de relatórios os eventuais problemas que estejam ocorrendo na IP4;

6.7.6.2.5. Elaborar e Coordenar levantamentos detalhado da IP4, por meio de relatório fotográfico que demonstre a situação do antes e do depois de cada serviço de manutenção executado; e

6.7.6.2.6. Dar suporte na coordenação e supervisão das rotinas administrativas do contrato.

6.7.6.3. Auxiliar Técnico (P9903):

6.7.6.3.1. Prestar todo suporte nas atividades do Engenheiro Chefe;

6.7.6.3.2. Executar serviços administrativos de natureza básica, realizando trabalhos de recepção, registros diversos, serviços gerais de digitação e outras tarefas correlatas de apoio, para atendimento das necessidades do Engenheiro Chefe; e

6.7.6.3.3. Organizar os arquivos de documentos da IP4, alocando em pastas correspondências expedidas e recebidas e documentos de registro e controle de pessoal.

6.7.6.4. Secretária (P9878):

6.7.6.4.1. Prestar apoio técnico administrativo de forma direta às atividades do Engenheiro Chefe;

6.7.6.4.2. Executar serviços administrativos de natureza básica, realizando trabalhos de recepção, registros diversos, serviços gerais de digitação e outras tarefas correlatas de apoio, para atendimento das necessidades do Engenheiro Chefe;

6.7.6.4.3. Redigir minutas de correspondências, telegramas, fax, tabelas, quadros e demais expedientes rotineiros, bem como expedientes necessários ao desenvolvimento das atividades da área;

6.7.6.4.4. Emitir requisições de passagens aéreas a fim de providenciar os respectivos bilhetes, efetuando o registro e controle necessário; e

6.7.6.4.5. Prestar atendimento ao público interno e externo.

6.7.6.5. Chefe do Setor Administrativo (P9883):

6.7.6.5.1. Supervisionar e planejar atividades administrativas, treinando e orientando equipe de trabalho;

6.7.6.5.2. Distribuir, acompanhar e avaliar a execução das atividades, esclarecendo dúvidas e administrando recursos;

6.7.6.5.3. Participar da seleção, contratação e demissão de pessoal, providenciando manutenção quando necessário; e

6.7.6.5.4. Tramitar relatórios técnicos e relatórios de medição nas plataformas administrativas indicadas.

6.7.6.6. Encarregado Administrativo (P9809):

6.7.6.6.1. Prestar todo suporte nas atividades administrativas;

6.7.6.6.2. Executar serviços administrativos, realizando trabalhos de formatação de relatório, registros diversos, serviços de digitação, pesquisas e outras tarefas correlatas de apoio, para atendimento das necessidades do Chefe Administrativo; e

6.7.6.6.3. Organizar os arquivos de documentos da IP4, alocando em pastas correspondências expedidas e recebidas e documentos de registro e controle de pessoal.

6.7.6.7. Auxiliar Administrativo (P9806):

6.7.6.7.1. Prestar todo suporte nas atividades da Secretária; e

6.7.6.7.2. Executar serviços administrativos de natureza básica, realizando trabalhos de recepção, registros diversos, serviços gerais de digitação e outras tarefas correlatas de apoio, para atendimento das necessidades do Chefe Administrativo.

6.7.7. ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (IP4)

6.7.7.1. Chefe do Setor Administrativo (P9883):

6.7.7.1.1. Gerenciar, coordenar e controlar as atividades da IP4;

6.7.7.1.2. Possuir conhecimento e experiência na área de manutenção preventiva e assistência técnica e administrativa;

6.7.7.1.3. Estudar e cumprir rigorosamente, detalhadamente, o Manual de Operação e Manutenção e saber interpretar seus dizeres;

6.7.7.1.4. Praticar todos os atos relativos à administração de pessoal da IP4;

6.7.7.1.5. Organizar quadros estatísticos sobre as embarcações que efetuam embarque e desembarque na IP4, conforme modelo fornecido pelo DNIT;

6.7.7.1.6. Efetuar a conferência das cargas e dos passageiros que transitam na IP4;

6.7.7.1.7. Controlar, por meio de cadastro específico (modelo fornecido pelo DNIT), o acesso de embarcações na estrutura da IP4;

6.7.7.1.8. Controlar, por meio de cadastro específico (modelo fornecido pelo DNIT), o acesso de pessoas e veículos na IP4;

6.7.7.1.9. Controlar, por meio de cadastro específico (modelo fornecido pelo DNIT), o acesso de prestadores de serviços autônomos (carregadores, estivadores, tricicleiros) na IP4;

6.7.7.1.10. Relatar todo e qualquer problema da IP4 imediatamente à administração Central; e

6.7.7.1.11. Controlar a utilização do armazém, definindo os locais de disposição da carga e o período de permanência.

6.7.7.2. Auxiliar Administrativo (P9806):

6.7.7.2.1. Prestar todo suporte nas atividades do Chefe da IP4;

6.7.7.2.2. Realizar as atividades de assistência ao Chefe de Escritório da IP4, digitando relatórios, planilhas, quadros e gráficos de interesse da IP4;

6.7.7.2.3. Organizar os arquivos de documentos da IP4, alocando em pastas: correspondências expedidas e recebidas, documentos de registro e controle de pessoal, etc; e

6.7.7.2.4. Cuidar dos serviços de recepção, atendimento telefônico, fax, etc.

6.7.7.3. Técnico Especializado - Regulagem de Fundeio (P9867):

6.7.7.3.1. Ter conhecimento e experiência na área de manutenção mecânica e/ou elétrica;

6.7.7.3.2. Ajustar os cabos de ancoragem dos flutuantes (principal e intermediário) sempre que se fizer necessário; proceder as manobras de afastamento ou aproximação dos flutuantes para manter o alinhamento e o apoio das pontes em bom estado, quando houver necessidade;

6.7.7.3.3. Verificar o desgaste dos cabos de ancoragem e não permitir que eles passem pelas arestas das estruturas; inspecionar e lubrificar, sempre que necessário, as partes mecânicas do sistema de ancoragem;

6.7.7.3.4. Cumprir, rigorosamente, com as instruções contidas no Manual de Operação e Manutenção do Terminal vigente ou outro que vier a lhe substituir, no tocante à parte mecânica e atender às determinações do Chefe de Escritório da IP4;

6.7.7.3.5. Atender às determinações do Chefe da IP4, colaborando na execução da manutenção e conservação das estruturas navais e dos equipamentos, em especial: extintores de incêndio e demais aparelhos instalados, visando garantir as condições de uso e conservação;

6.7.7.3.6. Cuidar das atracções e desatracções de embarcações na IP4, indicando o local de acostagem, os pontos de amarração e orientando o embarque e desembarque de passageiros e de cargas; e

6.7.7.3.7. Realizar levantamento de informações de fluxo de embarcações, passageiros, cargas e veículos. Consolidar estas informações em relatório diário (Modelo fornecido pelo DNIT) e submeter para entrega dessas informações.

6.8. A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão de Ordem de Serviços emitida para cada IP4 e após a assinatura do contrato.

6.9. A Contratada deverá assegurar a prestação contínua dos serviços durante todos os horários de funcionamento da Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP4, abrangendo turnos diurnos, noturnos, finais de semana e feriados, conforme as necessidades operacionais do DNIT/AP e o cronograma de funcionamento da unidade. Deverá ser observado o cumprimento integral da legislação trabalhista vigente e das convenções coletivas aplicáveis, cabendo à Contratada o planejamento de escalas, revezamentos e jornadas de trabalho necessárias para garantir a presença permanente de profissionais à disposição do DNIT/AP durante todo o período de operação da IP4.

6.10. Ressalta-se que a participação de Consórcio é permitida, devido ao caráter multidisciplinar dos tipos de serviços envolvidos, tais como Operação, Manutenção e Regularização. Deverá ser apresentada a comprovação de constituição e registro de Consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas no Art. 42 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

6.11. ADMITE-SE SUBCONTRATAÇÃO para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto e itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, até o limite de 30% DO ORÇAMENTO, desde que previamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO.

6.12. Fica VETADA a aplicação de benefício da parcela de Exclusividade/Benefício ME (Microempresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte), pois o valor estimado é superior a R\$ 80.000,00 e, pela particularidade dos serviços, não convém obrigar aos Licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% do objeto para contratação das mesmas, nos termos do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006

6.13. A vigência inicial do contrato será de 36 (trinta e seis) meses e a Ordem de Início de Serviços será emitida após a conclusão da Obra de Construção do referente IP4, correndo em finalização.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

7.1. A presente contratação compreenderá em seu escopo dois tipos de Administrações, o escritório central de Macapá/AP, com característica centralizadora, e a Administração Local da IP4, que servirá como equipe de ponta do sistema, solução complementar com o ganho econômico e operacional que a adoção desta medida proporcionará a Administração.

7.2. A quantidade estimada de mão de obra especializada a ser mantida para a Administração da IP4 é suficiente para a plena manutenção e execução do objeto, consistindo-se de técnicos e auxiliares capacitados para a garantia da qualidade do atendimento às necessidades da Administração Pública.

7.3. No Orçamento Referencial, apensado em anexo a este Estudo Técnico, existem 4 tipos de composições para as Administrações envolvidas, que variam de acordo com o tipo de solução naval. Cada composição de custos unitários para administração Local e Central é composta por grupos de Equipamentos necessários, Mão de Obra envolvida, Materiais a serem empenhados e atividade auxiliares. Quanto aos serviços de Manutenção sob demanda envolvidos, consistem de 7 tipos de composição de custos, compreendendo Poita de 27,5 T (Peso Submerso), Recuperação de Sistemas de Amarração e Fundeio com Guias e Cabos de Aço, Manutenção das defensas de Pneus e Madeira, Rede de Combate à Incêndio, Manutenção e Pintura dos Elementos Navais, Serviços dos Elementos Navais e Instalação Elétrica.

7.4. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, referenciadas no SICRO, seguem compostas da seguinte forma:

- Administração Central (Macapá/AP):

CÓDIGO SICRO	PROFISSIONAL	QUANTIDADES
P9955	Engenheiro Chefe	01
P9946	Engenheiro Auxiliar	01
P9903	Auxiliar técnico	02
P9883	Chefe do Setor Administrativo	01
P9809	Encarregado Administrativo	01
P9806	Auxiliar Administrativo	01
P9878	Secretária	01

- Administração Local (IP4):

CÓDIGO SICRO	PROFISSIONAL	QUANTIDADES
P9883	Chefe do setor administrativo	01
P9806	Auxiliar administrativo	02
P9867	Técnico especializado de fundeio*	02

*A necessidade do cargo de Técnico Especializado de Fundeio está vinculada à solução de fundeio da IP4, conforme consta no Orçamento de Referência em Anexo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.068.664,71

8. ESTIMATIVA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS E VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A presente contratação estima-se no valor global total de **R\$ 3.068.664,71 (três milhões e sessenta e oito mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos)**, a partir do Orçamento Referencial apensado nas Planilhas Orçamentárias em anexo. Este valor faz referência a contratação de empresa especializada para a execução do objeto pretendido, englobando todos os custos estimados diretos e indiretos dos serviços contemplados.

8.2. Os preços unitários que consistem o valor global do Orçamento Referencial foram elaborados mediante cotações realizadas nas tabelas SICRO, SINAPI e SEDOP, com data base referencial de Abril/2025, consoante à Tabela de Consultoria do DNIT/AP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. JUSTICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL:

9.1. A operação e a manutenção são atividades interdependentes que se complementam, visto que manutenção qualitativa garante a operação segura e eficiente. Fracionar os serviços em lotes diferentes, no caso de um lote para operação e outro para manutenção, poderia gerar conflitos de responsabilidade e dificuldades de gestão, caso a responsável pela operação alegue que problemas foram causados pela de manutenção.

9.2. Contratar uma única empresa para todo o serviço atribui a ela a responsabilidade integral pela performance da IP4, facilitando a fiscalização e a cobrança por parte da Administração contratante, considerando que o DNIT/AP terá um único interlocutor para a solução como um todo.

9.3. Nada obstante, o Art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/21 impõe a divisão do objeto até o limite do que for técnica e economicamente viável. Isto visa melhor aproveitamento dos recursos disponíveis do mercado, mas não deve levar à perda de economia de escala.

9.4. Por esse motivo, fora estudada a alternativa de dividir o objeto em dois lotes, pelo critério de proximidade geográfica entre a Administração Central e a Administração Local. Entretanto, verificou-se que o fracionamento em lotes oferece desvantagem à Administração Pública do ponto de vista econômico, empenhando mão de obra, equipamentos e materiais específicos em cada. Assim, caso se optasse pelo não agrupamento o objeto e geográfico, ou seja, pelo parcelamento em 02 lotes, a consequência seria a remuneração de dois escritórios centrais, sem nenhum incremento na qualidade dos serviços prestados.

9.5. A IP4 é uma infraestrutura complexa, com sistemas específicos, logo a contratação em lote único garante que a empresa contratada tenha uma visão holística e integrada de todos os aspectos da infraestrutura, o que pode levar a soluções mais eficientes e melhor gerenciamento de riscos.

9.6. A contratação em lote único, que inclui toda a operação e manutenção, permite que a empresa vencedora mobilize uma equipe completa e equipamentos de forma mais eficiente, o que pode resultar em custos unitários mais competitivos. A empresa pode diluir seus custos fixos em um contrato maior, além da redução de custos administrativos, visto que gerenciar um único contrato é mais econômico e eficiente para o DNIT/AP do que gerenciar múltiplos contratos para o mesmo objeto, reduzindo o tempo e o custo com processos licitatórios, gestão contratual, fiscalização e pagamentos.

9.7. Logo, o agrupamento em lote único é a opção mais viável e tecnicamente justificada para a contratação dos serviços de operação e manutenção da IP4 de Santana/AP, visto tal solução estar alinhada com o que preconiza a Lei nº 14.133/2021 em seu Art. 40, parágrafo 2º, que permite o agrupamento de itens em lotes visando a otimização da contratação.

9.8. Deste modo optou-se por executar o objeto em lote único. Foi adotado o critério primário de economia de escala devido à existência de poucas unidades divisíveis passíveis de loteamento. Esses parâmetros, atrelados à projeção de início das operações da IP4 traz vantagem à administração pública, uma vez que estes critérios refletem a padronização e escalonamento da utilização de pessoal e equipamentos, considerados elementos relevantes do ponto de vista orçamentário.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

10.1. A contratação dos serviços de Operação e Manutenção possuíram correlação com outros contratos que, juntos, condicionam a disponibilidade da IP4. A IP4 no Município de Santana no Estado do Amapá, deverá possuir contratos interdependentes, além do aventado neste Estudo, visando a otimização completa da plena Operacionalização da Estrutura Portuária como um todo, sob previsão e necessidade dos seguintes serviços:

- Manutenção Predial;
- Limpeza e Conservação;
- Vigilância Patrimonial.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

11.1. Consta Indicação de Funcional Programática onde correrá as despesas e Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal, fulcro nos Arts. 15 a 17 da referida. Os serviços serão custeados pelos seguintes recursos orçamentários:

- Gestão/Unidade: 390071
- Id pca PNCP: 04892707000100-0-000027/2025

11.2. Na Declaração de Existência de Recursos Orçamentários e na Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal consta informação de que a despesa prevista para o empreendimento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para os exercícios posteriores.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL:

12.1. Os resultados esperados com a contratação da operação e manutenção da IP4 de Santana/AP, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável, estão diretamente ligados aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e aos objetivos do DNIT, efetivando operação ininterrupta e segura, garantindo que a IP4 funcione de forma contínua, segura e eficiente para os usuários, com embarque e desembarque organizados e seguros.

12.2. A contratação resultará em uma infraestrutura portuária funcional que impulsiona o transporte fluvial, melhorando a logística de cargas e passageiros na região, impactando positivamente o escoamento de produção e o acesso a serviços para comunidades ribeirinhas.

12.3. A contratação por meio de licitação, com critérios objetivos e fiscalização adequada, garante que a empresa contratada entregue serviços de alta qualidade em operação e manutenção, conforme os padrões exigidos pela Resolução nº 9/2022 – DAQ/DNIT.

12.4. A terceirização dos serviços permite que o DNIT aloque seus recursos humanos e orçamentários para atividades estratégicas, enquanto a operação e manutenção são executadas por uma empresa especializada, gerando maior eficiência na gestão da infraestrutura pública.

12.5. A operação controlada e a manutenção preventiva minimizam os riscos de incidentes ambientais. A gestão adequada da IP4, incluindo a gestão de resíduos e a manutenção dos equipamentos, contribui para a redução de impactos na bacia hidrográfica do Rio Amazonas.

12.6. A contratação deverá incluir critérios ambientais no Termo de Referência, exigindo que a empresa adote práticas sustentáveis, como o uso de materiais e insumos de baixo impacto ambiental, como já preconizado no item 3 deste Estudo Técnico.

13. Providências a serem Adotadas

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

13.1. A Administração deve designar formalmente um gestor e um fiscal para o contrato, sendo o gestor responsável pela coordenação das atividades, enquanto o fiscal acompanha a execução do objeto. A fiscalização deve ser técnica, administrativa e setorial, conforme Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo crucial que esses servidores tenham conhecimento sobre o objeto da contratação e sobre a legislação aplicável.

13.2. Verificar e validar a documentação de habilitação do licitante vencedor, incluindo a regularidade fiscal, trabalhista e social, bem como a qualificação técnica a ser exigida no Edital da Licitação.

13.3. Em suma, solicitar e conferir a garantia de execução contratual, conforme as modalidades previstas no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que deve ser prestada antes da celebração do contrato.

13.4. O contrato deve ser formalmente aprovado pela autoridade competente, sendo o Superintendente Regional do DNIT/AP, submetida à análise jurídica, para garantir que todas as cláusulas e condições estejam em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e com o respectivo Edital da Licitação.

13.5. O contrato deve ser assinado pelas partes e, em seguida, publicado no Diário Oficial para dar publicidade e eficácia ao ato.

13.6. O servidor a ser designado como Fiscal do Contrato deve realizar uma reunião inicial com o preposto da empresa contratada, para alinhar as expectativas, apresentar o Manual de Operação e Manutenção, conforme a Resolução DAQ nº 9/2022, e esclarecer as obrigações de execução contratual.

13.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Estudo Técnico.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO:

14.1. Por se tratar de prestação de serviços de operação e manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4, os serviços devem ser realizados de forma adequada, com vista a evitar a contaminação do solo, da água e do ar. Diante ao exposto, a empresa contratada deverá adotar medidas de tratamento que busquem sanar tais riscos.

14.2. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, na Lei nº 12.305/2010, como Política Nacional de Resíduos Sólidos bem como do Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a PNRS.

14.3. A Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, bem como, atender as demais legislações pertinentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

14.1. Após a realização dos estudos preliminares, conforme todo o exposto e a necessidade de contratação dos serviços, esta equipe de planejamento declara esta contratação de empresa especializada para a execução dos Serviços de Operação e Manutenção da Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte – IP4 no Município de Santana no Estado do Amapá, VIÁVEL para garantir a disponibilidade dos serviços prestados na IP4 com uma operação adequada ao público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO VIEIRA LINHARES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 14:57:01.

LUIZ FELIPE MATIAS COELHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 11:46:39.

RUTH CLEA CARMO DE SOUSA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 14:17:12.

AUGUSTINHO PINHEIRO DE LIMA JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 15:24:01.